



## ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

**Relatório da Entidade das  
Contas e Financiamentos  
Políticos relativo às Contas da  
Campanha Eleitoral para a  
Eleição dos deputados à  
Assembleia Legislativa da  
Região Autónoma dos Açores  
realizada em 25 de outubro de  
2020, apresentadas pelo Partido  
CHEGA**

**PA 6/ALRAA/20/2020**

Junho 2024



## Índice

Índice .....	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
Sumário .....	3
1. Introdução.....	3
2. Método e Responsabilidade.....	3
2.1. Método.....	3
2.2. Responsabilidade do mandatário financeiro .....	6
3. Informação Financeira.....	6
4. Resultados / Observações .....	7
4.1. Ausência de publicitação do anúncio de identificação do mandatário financeiro em jornal de circulação nacional.....	7
4.2. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha .....	7
4.3. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – Contribuições de partido político.....	8
4.4. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha.....	9
4.5. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas .....	11
4.6. Ausência de comunicação das ações e meios de campanha .....	12
5. Conclusões.....	13
6. Direito ao Contraditório .....	14
Lista de Anexos.....	15



### Lista de siglas e abreviaturas

ALRAA 2020	Eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores realizada em 25 de outubro de 2020
CHEGA	Partido CHEGA
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
IAS	Indexante dos apoios sociais
Lei n.º 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO n.º 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 2/2020	Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020
PA	Procedimento de Apreciação de Contas de Campanha Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 25 de outubro de 2020 do partido CHEGA
SMN	Salário mínimo nacional



## Sumário

O Relatório que a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos envia à apreciação do **CHEGA**, relativo às contas de campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, para além de apresentar uma descrição da metodologia seguida, contém uma visão global da informação financeira relevante, seguida de uma explanação dos resultados obtidos que ou demonstram impossibilidade/limitação na análise ou revelam erros ou incumprimentos detetados.

### 1. Introdução

O presente Relatório da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (doravante designada por ECFP) contém as conclusões dos trabalhos de auditoria, efetuados às contas da campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo **CHEGA**, daqui em diante designado por **Candidatura**.

### 2. Método e Responsabilidade

#### 2.1. Método

A auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objetivo de obter um grau de segurança moderado sobre as contas de campanha e preparadas de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro adotadas em Portugal - Sistema de Normalização Contabilística e demais regulamentação específica que regula as atividades de campanha eleitoral.

Face ao exposto, os procedimentos adotados, e quando aplicáveis, foram os seguintes:



- (i) Análise dos procedimentos de controlo interno adotados para assegurar a identificação das ações de campanha eleitoral, a integral quantificação dos meios utilizados para a realização de cada uma dessas ações de campanha e a sua correta reflexão nas respetivas contas da campanha, o integral registo das receitas de campanha e o integral registo das despesas, no período adequado;
- (ii) Comprovação de que as ações de campanha estão integralmente refletidas nas contas da campanha eleitoral, correspondem às ações realizadas e foram corretamente valorizadas a preços de custo e/ou de mercado;
- (iii) Cruzamento das ações de campanha eleitoral identificadas através da verificação física efetuada pela ECFP com as despesas e receitas, refletidas na demonstração de receitas e despesas;
- (iv) Verificação da integral apresentação dos extratos bancários da conta bancária da campanha, desde a abertura até ao encerramento da conta (incluindo confirmação do encerramento da conta e análise do destino do saldo da campanha);
- (v) Verificação da identificação do mandatário financeiro, bem como da respetiva publicação em jornal de circulação nacional;
- (vi) Verificação da correta contabilização do valor da subvenção estatal;
- (vii) Verificação do valor relativo a despesas com conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinam à utilização na via pública, e seu peso relativo no valor da subvenção (pertinente para efeitos do disposto no artigo 18.º, n.º 6, da Lei n.º 19/2003);
- (viii) Comprovação de que as receitas de campanha obtidas mediante donativos e angariações de fundos foram integralmente depositadas na conta bancária de campanha, refletidas no período correto e que a sua obtenção foi conseguida em obediência aos preceitos legais aplicáveis, designadamente quanto à identificação dos montantes e da sua origem e dentro do limite que a Lei estipula (artigo 16.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003);



- (ix) Comprovação de que os donativos em espécie e os bens cedidos a título de empréstimo constam das contas de campanha e estão valorizados a preços de mercado, bem como a verificação da identidade dos doadores e respetivas declarações;
- (x) Comprovação de que as situações de colaboração de militantes, simpatizantes e de apoiantes, a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003, estão suficientemente caracterizadas para poderem ser distinguidas de donativos em espécie;
- (xi) Verificação de que as contribuições do partido político estão certificadas pelos órgãos competentes do Partido e refletidas na conta bancária da campanha;
- (xii) Comprovação de que as cedências de bens afetos ao património do(s) partido(s) político(s), a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, estão adequadamente suportadas, com identificação dos bens cedidos e respetivo período de cedência;
- (xiii) Comprovação de que as despesas de campanha estão integralmente refletidas nas contas bancárias de campanha e registadas nas respetivas contas de campanha, são razoáveis face à natureza e quantidade dos bens adquiridos e dos serviços prestados, estão adequadamente suportadas do ponto de vista documental e revelam valores em conformidade com os constantes da Listagem n.º 2/2020 ou com o mercado, devidamente demonstrada;
- (xiv) Verificação do cumprimento do limite de despesas, estabelecido por Lei (artigo 20.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003);
- (xv) Obtenção de confirmação externa das mais importantes transações e saldos junto dos respetivos terceiros, e;
- (xvi) Avaliação da existência de passivos omissos, não registados, e de outras contingências.



(xvii) Verificação de que o pagamento das despesas de campanha foi efetuado por instrumento bancário, nos termos do artigo 9.º, da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, à exceção das despesas de montante inferior ao valor do IAS desde que, durante o período eleitoral não tenham excedido o valor global de 2 % dos limites fixados para as despesas de campanha (artigo 19.º, n.º 3, da Lei n.º 19/2003).

## 2.2. Responsabilidade do mandatário financeiro

É da responsabilidade do mandatário financeiro a preparação e apresentação das contas de campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, as quais devem apresentar de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da campanha para a mencionada eleição e o resultado das suas ações, nos termos do articulado da Lei n.º 19/2003, especialmente dos seus artigos 21.º e 22.º.

## 3. Informação Financeira

No âmbito das atividades desenvolvidas na campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, a **Candidatura** apurou uma receita global de 57.564,27 EUR e uma despesa total de 30.051,07 EUR (cfr. fls. 42 e 49 do PA e Anexo I e II). Face ao valor das receitas e das despesas apresentadas apurou-se um saldo positivo, no valor de 27.513,20 EUR, da campanha eleitoral em apreço.

O financiamento das despesas de campanha foi assegurado através de um donativo em numerário no valor de 720,00 EUR, de subvenção pública no valor de 29.844,27 EUR e de contribuição de partido político no valor total de 27.000,00 EUR.



#### 4. Resultados / Observações

##### 4.1. Ausência de publicitação do anúncio de identificação do mandatário financeiro em jornal de circulação nacional

Decorre do artigo 21.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003, que no prazo de 30 dias após o termo do prazo de entrega de listas ou candidatura a qualquer ato eleitoral, o partido, a coligação, o grupo de cidadãos ou o candidato a Presidente da República promovem a publicação, em jornal de circulação nacional, da lista completa dos mandatários financeiros.

A Candidatura registou no “Mapa M7 – Propaganda, comunicação impressa e digital” (cfr. fls. 51 do PA) despesa do fornecedor “Açomédia, Comunicação e Edição Publica, S.A.”, no valor de 56,58 EUR, referente à publicação do anúncio do mandatário financeiro, nos jornais de circulação da Região Autónoma dos Açores designados “Correio dos Açores” e “Açoriano Oriental”, ambos no dia 04/09/2020 (fls. 12 e 13 do PA).

Como já referido, é obrigação decorrente da Lei n.º 19/2003, que a Candidatura promova esta publicação em jornal de circulação nacional.

Não tendo a Candidatura apresentado qualquer outro meio de publicitação do anúncio de identificação do mandatário financeiro, não se pode ter por cumprida a obrigação de promoção por meio de publicação em jornal de circulação nacional.

Por conseguinte, a omissão descrita *supra* configura a violação do artigo 21.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003.

##### 4.2. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha

Decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística.

Assim, neste contexto, da análise dos documentos do processo de prestação de contas da campanha eleitoral verificou-se que a Candidatura apresentou um “Anexo X – Anexo às contas





de campanha”, o qual não apresenta qualquer informação referente às contas da campanha para a eleição dos deputados à ALRAA (cfr. fls. 41 do PA).

Note-se que o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados faz parte do conjunto de demonstrações financeiras a apresentar no processo de prestação de contas. Este documento deve respeitar o detalhe previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo, publicada no Aviso 8259/2015 de 29/07, nomeadamente nas alíneas b) e c) do parágrafo 4.18, designadamente apresentar informação acerca das bases de preparação das demonstrações financeiras, bem como proporcionar informação adicional relevante para uma melhor compreensão quer do Balanço quer da Demonstração dos Resultados, e que permita divulgar toda a informação que não seja apresentada no balanço e na demonstração dos resultados e informação adicional que não se encontre refletida nestas demonstrações financeiras, mas que seja relevante para uma melhor compreensão das mesmas.

Esta situação representa uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma.

#### **4.3. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – Contribuições de partido político**

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas por contribuições de partidos políticos que apresentem ou apoiem candidaturas às eleições para as Assembleias Legislativas Regionais.

Do n.º 2 do citado artigo resulta a obrigatoriedade de que todas as contribuições dos partidos às campanhas, dotações provisórias e contribuições previstas na alínea b) do número anterior, sejam certificadas por documentos emitidos pelos órgãos competentes do respetivo partido.

Por sua vez, decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização



contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.

No que tange às receitas da campanha, verificou-se que a Candidatura registou no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados de campanha à data do fecho de contas da campanha eleitoral” e no “Mapa M2 – Receitas de Campanha – Contribuições de Partido(s) Político(s)” as seguintes contribuições do Partido CHEGA, no valor total de 27.000,00 EUR, suportadas pelas seguintes transferências bancárias efetuadas para a conta de campanha com o IBAN

, aberta junto do “Banco Português de Investimento, S.A.” (cfr. fls. 44 do PA e fls. 38 do Anexo I do PA):

- A. Registo de contribuição de partido político, no valor de 7.500,00 EUR, suportada pela transferência bancária com o descritivo “ ”, datada de 23/09/2020, e;
- B. Registo de contribuição de partido político, no valor de 19.500,00 EUR, suportada pela transferência bancária com o descritivo “ ”, datada de 11/10/2020.

Da análise documental efetuada às contribuições *supra* identificadas verificou-se que não foi disponibilizado documento, emitido pelos órgãos competentes do respetivo Partido, que certifique os montantes efetivamente contribuídos, não se mostrando, pois, devidamente comprovadas as receitas provenientes de contribuições do CHEGA.

Pelo exposto, verifica-se a violação do artigo 16.º, n.º 2, da Lei n.º 19/2003, pela ausência de entrega de documentação certificativa das contribuições identificadas em A. e B., no valor total de 27.000,00 EUR, emitida pelos órgãos competentes do CHEGA.

#### 4.4. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha

Nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas através de subvenção pública, de contribuições de partidos políticos e do produto de atividades de angariação de fundos.



Por sua vez, a conjugação da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º com o n.º 4 do mesmo preceito legal, prevê a possibilidade do financiamento através de donativos pecuniários de pessoas singulares obtidas no âmbito das atividades de angariação de fundos para a campanha eleitoral.

Para efeitos não só de transparência das contas, mas também da aferição do cumprimento das restrições constantes do mencionado artigo 16.º, as receitas obtidas com donativos provenientes de angariação de fundos devem obedecer a uma série de imposições, que vão desde o limite de 60 IAS por doador até à obrigatoriedade da sua titulação por cheque ou outro meio bancário que permita a identificação do montante e da sua origem (cfr. o mencionado no artigo 16.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003).

No caso vertente, a Candidatura registou no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados de campanha à data do fecho de contas da campanha eleitoral” e no “Mapa M4 – Receitas de Campanha – Donativos em Numerário” uma receita no valor de 720,00 EUR, proveniente de “  
”, suportada por declaração emitida pelo partido CHEGA, assinada pelo mandatário financeiro (cfr. fls. 123), e pela transferência bancária com o descritivo “

” realizada no dia 26/10/2020 para a conta de campanha com o IBAN  
, aberta junto do “Banco Português de Investimentos, S.A.” (cfr. fls. 40 e 47 do PA e fls. 38 do Anexo I do PA).

Todavia, da análise dos documentos de prestação de contas da campanha eleitoral verificou-se que a Candidatura não registou no “Mapa M3: Receitas de Campanha – Produto de Angariação de Fundos” qualquer atividade de angariação de fundos (cfr. fls. 46 do PA), sendo apenas no âmbito desta atividade que tal receita seria legalmente enquadrável.

Esta situação justifica a prestação de esclarecimentos por parte do Partido, por forma a que, atento o princípio da transparência, seja afastada a hipótese de tal situação representar um donativo pecuniário fora do âmbito de uma atividade de angariação de fundos, o que configuraria uma receita não prevista no artigo 16.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.



#### 4.5. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe, como vimos, um dever genérico de organização contabilística, o qual implica que a documentação de suporte evidencie adequadamente a realidade que pretende ser retratada. Acresce que, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas que sejam efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo, as quais deverão ser suportadas por documento certificativo, nos termos do n.º 2 do mencionado preceito legal.

O princípio da representação fidedigna (cfr. parágrafo 33 da Estrutura Conceptual do SNC) estatui que toda a informação deve representar fidedignamente as transações e outros acontecimentos que ela ou pretende representar ou possa razoavelmente esperar-se que represente.

Em consonância com o exposto, extrai-se que somente com a entrega do suporte documental se podem ter como comprovadas e discriminadas as despesas efetivamente realizadas.

No caso vertente, a Candidatura registou no “Mapa M11 – Despesas de Campanha – Custos administrativos e operacionais” uma despesa no valor de 94,64 EUR, do fornecedor “PANAZORICA – Agencia de viagens”, com o descritivo “Viagem a santa Maria do Candit.João Martins”, suportada por documento emitido via SAF-T (PT) (i.e. Standard Audit File for Tax Purposes) extraído do Portal da Autoridade Tributária (cfr. fls. 40, 55 e 120 verso do PA).

Não se considera, todavia, que tal documento se mostre suficiente e adequado para corroborar a despesa identificada supra, dado não se encontrar munido dos elementos descritivos legalmente exigidos, designadamente porque no mesmo apenas consta o valor total da aquisição e a base tributável.



Pelo exposto, a ausência de apresentação de documentação de suporte adequada à comprovação da despesa supra identificada constitui uma violação do dever de organização contabilística e, consequentemente, dos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, e 19.º, n.º 2, da Lei n.º 19/2003.

Mais se acrescenta, que na eventualidade de a Candidatura vir a suprir a deficiência de falta do suporte documental das despesas em causa, cumpre, desde já, e sem prejuízo de outras questões que possam surgir, solicitar a disponibilização de todos os elementos que permitam aferir da razoabilidade do preço dos serviços adquiridos, caso os valores das despesas sejam divergentes dos valores de mercado constantes da Listagem n.º 2/2020.

#### 4.6. Ausência de comunicação das ações e meios de campanha

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, da Lei Orgânica n.º 2/2005, os partidos políticos e coligações que apresentem candidaturas às eleições estão obrigados a comunicar à Entidade as ações de campanha eleitoral que realizem, bem como os meios nelas utilizados, que envolvam um custo superior a um salário mínimo (cfr. Decreto-Lei n.º 167/2019, de 21 de novembro, que fixa o valor em 635,00 EUR, para o ano de 2020).

No caso, a Candidatura registou nas contas as seguintes despesas, no valor total de 11.417,66 EUR, as quais se reportam à aquisição de meios, que, pela sua natureza, só podem ser utilizados em ações de campanha, pelo que não soçobram dúvidas quanto à necessidade de cumprir in casu o dever de comunicação imposto pelo referido artigo 16.º, n.º 1 (cfr. fls. 50, 52 a 54, 93 a 95, 97, 99, 100 e 102 do PA):

*em EUR*

Nome do Fornecedor	N.º fatura	Data	Meios de campanha	Valor
ELEGE REFERÊNCIA, LDA	FA 2020/00055	21/10/2020	Recolha de imagens, Audio e Tratamento de audio, Vídeo	1 500,00
ELEGE REFERÊNCIA, LDA	FA 2020/00056	28/10/2020	Aluguer de som e luz para eventos Realização técnica de som e luzes para a noite eleitoral	1 000,00
LGM - Gestão Sup. Publicitários U LDA	2020/438	23/10/2020	Impressão de flyers p/ ilhas	3 003,00
LGM - Gestão Sup. Publicitários U LDA	2020/438	23/10/2020	Distribuição de folhetos nas ilhas	2 142,00

	218/89	22/10/2020	Serviço de jantar de comício do partido.	1 192,66
Restaurante o Escalha	2020/00000011	23/10/2020	Refeição/ Jantar comício	1 635,00
Accional - Publicidade Comunic. Visual Lda	20SMS/543	06/10/2020	Esferográficas Swuing Ref: 91019.24 com impressão a 1 cor numa face	945,00
Total				11 417,66

Refere-se que, de acordo com a mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional (cfr. Acórdãos n.ºs Acórdãos n.ºs 870/2023, 872/2023, 873/2023 e 875/2023, 876/2023), e sem prejuízo dos meios que, pela sua natureza, se configuram necessariamente como meios de uma ação de campanha, como é o caso dos autos, determinante para efeitos de verificação do cumprimento do dever de comunicação previsto no referido artigo 16.º, n.º 1, é a demonstração de qual a ação de campanha realizada em que os referidos meios foram utilizados.

Pelo exposto, é de se concluir que, no caso em apreço, a conduta descrita importa o incumprimento do artigo 16.º, n.º 1, da LO n.º 2/2005.

## 5. Conclusões

Com base no trabalho efetuado, atenta a falta de informação e incorreções identificadas no decurso dos trabalhos de auditoria às contas de campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pela **Candidatura**, verificam-se as seguintes irregularidades:

- i. Ausência de publicitação do anúncio de identificação do mandatário financeiro em jornal de circulação nacional (ver ponto 4.1.);
- ii. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (ver ponto 4.2.);
- iii. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – Contribuições de partido político (ver ponto 4.3.);



- iv. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha (ver ponto 4.4.);
- v. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (ver ponto 4.5.), e;
- vi. Ausência de comunicação das ações e meios de campanha (ver ponto 4.6.).

A ECFP considera que, para além das situações descritas, nada mais chegou ao seu conhecimento que leve a concluir sobre a existência de situações materialmente relevantes que afetem as contas de campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo **CHEGA**.

#### 6. Direito ao Contraditório

Após a notificação do presente Relatório, dispõe o Partido **CHEGA** do prazo de 10 (dez) dias para, querendo, se pronunciar e/ou juntar ao procedimento elementos comprovativos da regularização das situações detetadas ou outros elementos que considere relevantes, para efeitos de exercício do direito ao contraditório (artigo 41.º, n.º 2, da LO n.º 2/2005).

Lisboa, 5 de junho de 2024

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador

(Presidente)

Lígia Ferro da Costa

(Vogal)

Pedro Roque

(Vogal, Revisor Oficial de Contas)



**Lista de Anexos**

**ANEXO I**

Conta resumo – Receitas de Campanha

**ANEXO II**

Conta resumo – Despesas de Campanha



Anexo I – Conta resumo – Receitas de Campanha

ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES - 2020

Partido Político ou Coligação Eleitoral: Partido CHEGA

ANEXO XI  
CONTA - RECEITAS DE CAMPANHA

Receitas	Detalhe	Valor		
		Real	Orçamento	Desvio
Subvenção Estatal	Mapa M1	29 844,27	0,00	29 844,27
Contribuição de Partido(s) político(s)	Mapa M2	27 000,00	0,00	27 000,00
Produto de Angariação de Fundos	Mapa M3	0,00	0,00	0,00
Subtotal		56 844,27	0,00	56 844,27
Donativos em Numerario	Mapa M4	720,00		
Cedência de bens a título de empréstimo	Mapa M5	0,00		
Subtotal		720,00		
Total das Receitas		57 564,27		



ANEXO II – Conta resumo – Despesas de Campanha

ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES - 2020

Partido Político ou Coligação Eleitoral: Partido CHEGA

ANEXO XII  
CONTA - DESPESAS DE CAMPANHA

Despesas	Detalhe	Valor		
		Real	Orçamento	Desvio
Conceção da campanha, agências de comunicação e estudos de mercado	Mapa M6	2 950,00 €	0,00	2 950,00
Propaganda, comunicação impressa e digital	Mapa M7	251,58 €	0,00	251,58
Estruturas, cartazes e telas	Mapa M8	12 683,03 €	0,00	12 683,03
Comícios, espetáculos e caravanas	Mapa M9	5 134,97 €	0,00	5 134,97
Brindes e outras ofertas	Mapa M10	1 380,60 €	0,00	1 380,60
Custos administrativos e operacionais	Mapa M11	7 309,02 €	0,00	7 309,02
Outras	Mapa M12	341,87 €	0,00	341,87
Subtotal		30 051,07 €	0,00	30 051,07
Donativos em espécie	Mapa M13	- €		
Cedência de bens a título de empréstimo	Mapa M14	- €		
Subtotal		- €		
Total das Receitas		30 051,07 €		

